



2016/2020

PROJETO EDUCATIVO DE ESCOLA

EDUCAR PELA COMUNICAÇÃO



Edifício do Faial

Sítio do Lombo do Lourenço

9230-059 Faial

Telefone: 291572043 – Fax: 291573985

E-mail: eb1pefaiaisantana@madeira-edu.pt

(Sede da Direção da Escola)



Edifício de S. Roque do Faial

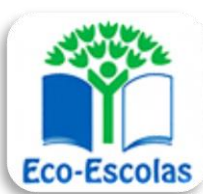
Rua da Ribeira, nº 10

Sítio dos Terreiros

9230-211 S. Roque do Faial

Telefone: 291575199

E-mail: eb1pesrfaial@madeira-edu.pt



PROJETO EDUCATIVO
2016/2020

"A educação pela comunicação é um ótimo jeito de formar cidadãos para uma sociedade em que a informação e o conhecimento valem cada vez mais."

FERNANDO ROSSETTI,
*jornalista, educador e consultor do UNICEF
no projeto "Educação, Comunicação & Participação"*



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO (3)
2. ENQUADRAMENTO LEGAL DO PROJETO EDUCATIVO (4)
3. PRINCÍPIOS, MISSÃO, VISÃO E VALORES (4)
4. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ONDE A ESCOLA SE INSERE (5)
5. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR (7)
 - 5.1. RECURSOS HUMANOS (7)
 - 5.1.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ALUNOS (7)
 - 5.1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE (7)
 - 5.1.3 CARACTERIZAÇÃO DO PESSOAL NÃO DOCENTE (7)
 - 5.1.4 CARACTERIZAÇÃO DOS ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO (7)
6. INFRA-ESTRUTURAS (7)
7. RECURSOS MATERIAIS (8)
8. RECURSOS EDUCATIVOS (8)
9. IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS (8)
 - 9.1 METODOLOGIAS UTILIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS (8)
 - 9.2 CRITÉRIOS DEFINIDOS PELA EQUIPA DE TRABALHO NA ELABORAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO (9)
 - 9.3 PREOCUPAÇÕES IDENTIFICADAS (9)
10. PRIORIDADES DE AÇÃO EDUCATIVA (9)
11. OPERACIONALIZAÇÃO DO PE (LINHAS ORIENTADORAS) (11)
 - 11.1 CRECHE E PRÉ-ESCOLAR (11)
 - 11.2 1º CICLO (12)
12. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO (14)
13. ADAPTAÇÕES AOS NEE (15)
14. POTENCIALIDADES (15)
15. OBJETIVOS E RESULTADOS PREVISTOS PARA EFEITOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE DOCENTES (16)
16. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO (16)
17. VALIDADE E REVISÃO DO PROJETO EDUCATIVO (18)
18. BIBLIOGRAFIA (18)
19. ADENDAS (18)
20. ANEXOS (18)



1. INTRODUÇÃO

Este **Projeto Educativo, para o quadriénio 2016/2020**, aponta como base para o **sucesso** do aluno a **comunicação**, dando primazia ao **Português** e à **Matemática**, áreas usadas transversalmente em todas as demais.

O Projeto Educativo é o documento que consagra a orientação educativa da Escola, elaborado e aprovado pelo Conselho Escolar, para um horizonte de quatro anos, no qual se mencionam os princípios, a missão, os valores, as metas e as estratégias, segundo os quais se propõe cumprir a sua função educativa. Sendo um ponto de referência para as localidades onde os edifícios da Escola estão inseridos, contribui para a formação de crianças e adultos mais responsáveis e comprometidos na construção de uma sociedade exemplar e democrática.

O Projeto Educativo é o suporte de todos os programas, planos e projetos da Escola que o operacionalizam, permitindo a criação, reconstrução e remodelação anual dos mesmos, num processo dinâmico e flexível que respeita os requisitos educativos e de ensino/aprendizagem dos tempos modernos.

Na preparação deste documento, analisaram-se os relatórios de autoavaliação das escolas, elaborados no ano letivo anterior, e, referente aos últimos quatro anos letivos, as atas, as avaliações intermédias e finais feitas ao Projeto Educativo e ao Plano Anual de Atividades e ainda outras referentes ao funcionamento geral dos dois estabelecimentos de educação/ensino agora incorporados nesta Escola. Consideraram-se ainda os resultados escolares, os apoios e complementos educativos, o ambiente escolar e o grau de satisfação de todos os intervenientes neste processo.

A Escola faz parte integrante, transformadora e ativa da sociedade e partilha dos mesmos problemas, devendo interagir na vida social e colaborar com ela reciprocamente. Tem o dever de promover estratégias firmes e seguras para lidar com mudanças sociais e ideológicas permanentes. Deve envolver-se ativamente, em parcerias válidas, na solução dos problemas sociais e responder às necessidades de educação e ensino e aos anseios da comunidade, promovendo a excelência na formação integral das crianças.

Neste Projeto Educativo, mencionam-se o enquadramento legal, a missão, a visão e os valores, a caracterização do meio e da Escola, os recursos humanos, a caracterização dos alunos, do pessoal docente e não docente, as infraestruturas e os recursos envolvidos. Também se identificam e apontam soluções para os problemas. Referem-se ainda as prioridades da ação educativa, a operacionalização, as estratégias e a avaliação deste documento.

É da responsabilidade da comunidade educativa cooperar, colaborar e dar todo o apoio na educação e no desenrolar do ensino/aprendizagem, contribuindo, cada um com as suas funções e competências, para o sucesso dos alunos em termos académicos, valores e comportamentos em conformidade com a vida em sociedade.



2. ENQUADRAMENTO LEGAL DO PROJETO EDUCATIVO

O Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/M, de 31 de janeiro, e a Portaria Regional n.º 110/2002, de 14 de agosto aprovam e regulam o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação e de ensinos públicos da Região Autónoma da Madeira.

O artigo 3.º, ponto 2 alínea a), do D.L. n.º 4/2000/M, refere que o Projecto Educativo é: “o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de quatro anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas, e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa”. Esta mesma definição de Projeto Educativo encontra-se no DLR n.º 21/2006/M, de 21 de junho e no DLR n.º 139/2012, de 5 de julho.

3. PRINCÍPIOS, MISSÃO, VISÃO E VALORES

3.1. PRINCÍPIOS

- ❖ Esta Escola rege-se pelos princípios descritos na Lei nº 46/86, Lei de Bases do Sistema Educativo, de 14 de outubro, no seu artigo 3º.

3.2. MISSÃO

- ❖ Prestar serviços de excelência na educação e no ensino/aprendizagem;
- ❖ Formar cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres;
- ❖ Ser uma escola participada, cooperativa e colaborativa entre todos os atores (comunidade educativa, entidades locais e meio social).

3.3. VISÃO

- ❖ Ser referência permanente, graças ao seu empreendedorismo na educação/ensino, pelo sucesso académico dos seus alunos, pela qualidade do ambiente interno e das relações externas e pelo elevado grau de satisfação das famílias.

3.4. VALORES

Valores primordiais, guias da nossa atuação:

- ❖ Competência
- ❖ Responsabilidade
- ❖ Empenho
- ❖ Disponibilidade
- ❖ Tolerância
- ❖ Solidariedade
- ❖ Disciplina



4. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ONDE A ESCOLA SE INSERE

Na freguesia do Faial situa-se o edifício da Escola onde funciona o 1º Ciclo do Ensino Básico.

A freguesia do Faial tem cerca de dois mil habitantes. Situa-se a nordeste da Ilha da Madeira, entre a cidade de Santana, a freguesia de São Roque do Faial e a do Porto da Cruz e pertence ao concelho de Santana.

É apreciada pela suavidade do seu clima com características subtropicais, sobretudo nas proximidades do mar.

Os primeiros povoadores do Faial foram continentais, mouros e galegos. Entre eles havia algumas pessoas ilustres como Tristão Vaz Teixeira, os filhos Lançarote e João e o seu neto António.

A freguesia do Faial foi criada em 1531, em terras de sesmaria pertencentes a Lançarote Teixeira.

No lugar da Fazenda desta freguesia há uma capelinha em honra de Nossa Senhora da Penha de França. Talhada numa pedra mole, foi construída em 1680 sobre uma pequena mesquita feita pelos mouros que se reuniam lá sigilosamente. Em 1725, a mando de Manuel Carvalho, foi construída uma capela em honra de São Luís. Posteriormente fez-se uma igreja entre as duas ribeiras, sendo danificada por aluviões, em diversas ocasiões. Em 1744, decidiu-se então construir uma nova igreja, ficando a obra a cargo de Cristóvão Pestana que lançou a primeira pedra em 1745. O curato do Faial foi criado em 11 de Fevereiro de 1746, por alvará régio. Só em 1785 se procedeu à inauguração da nova igreja, tendo como padroeira Nossa Senhora da Natividade. A 12 de Setembro de 1960, um incêndio destruiu quase totalmente todo o edifício, salvando-se apenas uma parte da talha dourada do altar-mor, o sacrário, as imagens, os quadros, alguns móveis e as janelas da sacristia. O novo pároco, padre Martinho, procedeu de imediato à reconstrução da igreja.

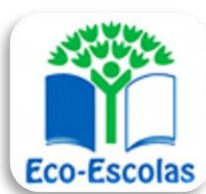
O Faial é uma freguesia com diversas festas religiosas e certames. As festas mais concorridas são a da Padroeira e a do Santíssimo Sacramento. A primeira celebra-se nos dias oito e nove de Setembro de cada ano ou no fim de semana seguinte, quando não coincide. Esta festividade lembra o aparecimento da imagem de Nossa Senhora da Natividade. Diz a lenda que este ícone foi encontrado numa pedra e recolhido por pescadores que lhe construíram uma capela, junto à ribeira. Aproveitando os enfeites, oito dias depois, realiza-se a festa do Santíssimo Sacramento, organizada pelos Irmãos da Confraria do Santíssimo.

No Forte, mandado construir pela família de Catanho Menezes, estão alguns canhões recuperados que são ativados nestas duas romarias, no momento da passagem da procissão.

Nesta freguesia realiza-se anualmente a Exposição Regional da Anona, por iniciativa de uma Comissão de Produtores do Faial, iniciada em 1990, para a exposição, divulgação e comércio dos produtos derivados da anoma.

A População dedica-se à agricultura e à criação de animais. As suas produções de gado, fruta e alimentos hortícolas destinam-se ao consumo caseiro e abastecem também, em parte, os mercados centrais do Funchal e de Santana. Os restaurantes, cafés e minimercados ocupam também uma percentagem significativa da mão-de-obra desta freguesia.

O Faial é uma localidade com grande corrente emigratória por falta de empregos, recursos económicos e pela busca de melhores condições de vida. A emigração, relevante nesta zona, tem



conduzido os faialenses para a Inglaterra, Suíça, França, Alemanha e para outros países de todos os continentes.

O pequeno porto, com um cais, construído em 1904 e agora recuperado, é pouco utilizado pois os faialenses só praticam pesca amadora. Para este mar, com muito peixe de qualidade alimentar, deslocam-se pescadores profissionais de outros sítios da ilha.

Para substituir a antiga ponte destruída por um temporal, da qual restam vestígios, foi edificada uma nova ponte sobre a Ribeira do Faial, inaugurada a 1 Julho de 1986, dia comemorativo da Região Autónoma da Madeira.

No âmbito dos serviços públicos, a freguesia beneficia de um Centro de Saúde/Segurança Social, da Junta de Freguesia, da Casa do Povo, de uma farmácia, de uma pista de Karting e da praia.

A nível cultural existe a Banda Filarmónica do Faial, a Associação Desportiva e Cultural do Faial, o grupo de Teatro “Nova Geração”, a Tuna da Casa do Povo do Faial e os centros sociais da Corujeira e do Lombo de Cima.

Na freguesia de São Roque do Faial funciona o outro edifício desta Escola, com a Creche e a Educação Pré-escolar.

É também uma freguesia das concelho de Santana Tem 15,9 Km² e situa-se na base do maciço montanhoso central da ilha da Madeira, entre a Ribeira da Ametade e a Ribeira do Castelejo. A noroeste, norte e leste é limitada pela freguesia do Faial; a leste, sudeste e sul pela freguesia do Porto da Cruz; a sul, sudoeste e oeste pela freguesia do Monte e a oeste e sudoeste pela freguesia do Curral das Freiras.

Esta freguesia tem menos de mil habitantes.

O alvará da criação da freguesia de São Roque do Faial foi concedido, por D. Maria II, a 24 de julho de 1848. Inicialmente esta localidade fazia parte da paróquia do Faial.

O seu nome teve origem no patrono de uma capela, S. Roque, que existia aí no passado, erguendo-se a primeira igreja em 1551, junto à ribeira. Em 1883, devido a grandes chuvas, foi destruída pelas cheias. A nova igreja ergueu-se num lombo, longe das enchentes da ribeira.

A freguesia de São Roque do Faial, com menos de mil habitantes, tem uma atividade diversificada. Uma parte significativa vive da agricultura, outra do comércio, da pequena indústria, da hotelaria e restauração. Muitas pessoas trabalham fora da localidade ou emigraram, devido à falta de oferta de emprego e à escassez de recursos de sobrevivência.

Como pontos de referência, encontram-se o sítio do Ribeiro Frio, localizado no coração da floresta Laurissilva, os miradouros do Areeiro, do Lombo dos Palheiros, no final da levada dos Balcões, e outros com vistas panorâmicas magníficas. No sítio da Fajã do Cedro Gordo de Baixo, ainda existe um moinho a água, restaurado e integrado na casa de turismo “Moinho do Comandante”.

No âmbito dos serviços públicos, a freguesia beneficia de um Centro de Saúde/Segurança Social, da Junta de Freguesia e da Casa do Povo.

A nível cultural, existem o Grupo Coral da Casa do Povo de São Roque do Faial e o Centro de Idosos.

Ambos os edifícios desta Escola encontram-se, portanto, situados num meio rural.



5. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR

5.1 RECURSOS HUMANOS

5.1.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ALUNOS

No início da vigência deste PEE, esta Escola é frequentada por cerca de uma centena de discentes distribuídos conforme mencionado a seguir. No edifício de S. Roque do Faial, na creche oito bebés; na Educação Pré-Escolar, dezanove crianças de três e quatro anos e nove de cinco anos e no Ensino Recorrente 11 adultos. No edifício do Faial, no Primeiro Ciclo do Ensino Básico, quarente e dois alunos e no Ensino Recorrente 12 adultos.

5.1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE

A Escola é gerida pelo Diretor, eleito pelo Conselho Escolar e com dispensa total da componente letiva, estando o gabinete da direção no Edifício do Faial, e pela Coordenadora do edifício de S. Roque do Faial, eleita pelo Conselho Escolar, com dez horas de dispensa da componente letiva. O corpo docente, no Edifício do Faial, é constituído pelos professores do primeiro ciclo do ensino básico, a exercer funções nas atividades curriculares, nas atividades de enriquecimento curricular e no ensino recorrente. No edifício de S. Roque do Faial, lecionam as educadoras da creche e do ensino pré-escolar e, no ensino recorrente, um professor do grupo 110. As áreas de Música e Expressão Dramática, de Expressão e Educação Físico-Motora e do Ensino Especial são lecionadas por docentes especializados, em ambos os estabelecimentos, com horário completo.

5.1.3 CARACTERIZAÇÃO DO PESSOAL NÃO DOCENTE

O corpo não docente, no edifício do Faial é composto por 4 assistentes operacionais e uma auxiliar colocada pela Câmara Municipal de Santana. No edifício de S. Roque do Faial, trabalham 4 ajudantes da ação socioeducativa do pré-escolar, 3 assistentes operacionais e 1 técnica superior. Em ambos os edifícios da Escola, trabalham 1 assistente técnica e 1 técnica superior de biblioteca.

5.1.4 CARACTERIZAÇÃO DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Quase todos os encarregados de educação são do sexo feminino. Por isso, é evidente a figura materna, em desvantagem da paterna, no acompanhamento próximo da vida escolar dos educandos.

6. INFRAESTRUTURAS

A **EB1/PE/C do Faial e S. Roque do Faial** é composta por **dois edifícios escolares**, um na freguesia do Faial e outro na de S. Roque do Faial, distando entre si cerca de dois quilómetros.

O **edifício de São Roque do Faial**, onde funciona a Creche e a Educação Pré-Escolar, localiza-se no sítio dos Terreiros, freguesia de São Roque do Faial, município de Santana. É composto por dois pisos, tendo um gabinete de coordenação, uma secretaria, uma sala para a Creche, duas salas para a Educação Pré-Escolar, uma sala de reuniões, uma sala de aulas para o ensino recorrente, uma sala de Expressão



Plástica, uma sala de Informática, uma sala de aulas para Música, uma Biblioteca, um espaço polivalente/cantina, uma cozinha, três arrecadações e seis casas de banho. Há ainda os balneários com sete duchas cada um (masculinos e femininos), duas casas de banho e uma central térmica e o polidesportivo coberto. O pátio satisfaz, tendo um Parque Infantil. Existem dois pequenos jardins à volta da Escola. A parte da cozinha está concessionada a uma empresa particular.

O **edifício do 1º Ciclo do Ensino Básico** localiza-se no Sítio do Lombo do Lourenço, freguesia do **Faial**, Concelho de Santana. Este espaço apresenta-se com uma área bruta de construção de 2.500 m². O edifício principal está dividido em dois pisos, rés-do-chão e primeiro andar, a ligação entre estes dois pisos pode-se fazer pela escadaria e pelo elevador. No rés-do-chão há o gabinete da direção, uma sala de aulas das curriculares, quatro casas de banho (casa de banho da Pré, dos rapazes, das raparigas e casa de banho para deficientes), uma arrecadação, o elevador, o refeitório/polivalente, a cozinha e o hall de entrada. No primeiro andar há uma sala de informática, três salas de aulas curriculares, estando uma adaptada também para as aulas de expressão plástica, uma biblioteca, um gabinete de reuniões, o sótão e a casa de banho dos professores. No exterior há dois pátios cobertos, áreas de recreio com grandes dimensões, os balneários e o polidesportivo descoberto. O polidesportivo, com zonas de bancadas, encontra-se numa plataforma de nível inferior ao rés-do-chão e engloba os espaços de balneários/vestiários e sanitários, anexos ao campo. Esta plataforma tem também acessos diretos à rua.

7. RECURSOS MATERIAIS

As divisões da Escola, em ambos os edifícios, encontram-se mobiladas com recursos funcionais e em bom estado de utilização.

8. RECURSOS EDUCATIVOS

Para ajudar a implementar o Projeto Educativo, a Escola possui, em ambos os estabelecimentos, uma diversidade de material, rentabilizando assim o trabalho de toda a comunidade educativa.

9. IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS

9.1 METODOLOGIAS UTILIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS

- ❖ Leitura de relatórios e avaliação de atividades desenvolvidas nos anos letivos anteriores;
- ❖ Leitura e análise das atas;
- ❖ Dados recolhidos da avaliação final do Projeto Educativo, dos planos anuais de atividades e dos projetos curriculares das duas escolas, agora fundidas;
- ❖ Resultados obtidos de inquéritos feitos à comunidade educativa, às edilidades locais e parceiros, durante o ano letivo findo;
- ❖ Análise aos resultados escolares (aproveitamento escolar) dos alunos, durante o quadriénio 2012-2016.
- ❖ Análise aos relatórios de autoavaliação de ambas as escolas (Faial e S. Roque do Faial),



fundidas nesta Escola.

Fizeram-se, assim, recolhas significativas, com amostras das dificuldades existentes na comunidade educativa.

A Escola assume o compromisso de encontrar soluções para os problemas, praticar atividades para os superar, no próximo quadriénio 2016-2020, contribuindo para o sucesso dos alunos, em todas as vertentes da educação/ensino, e também evidenciar-se na melhoria das condições oferecidas à população escolar e ao meio local.

9.2 CRITÉRIOS DEFINIDOS PELA EQUIPA DE TRABALHO NA ELABORAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

- ❖ Análise aos documentos básicos da Escola que fundamentam o sucesso escolar dos alunos no último quadriénio (2012-2016), a gestão e orientação dos estabelecimentos, a relação escola/família, a segurança sentida pela comunidade escolar, o ambiente de trabalho vivenciado e os espaços e equipamentos existentes e usados na evolução da vida escolar.
- ❖ Auscultação e registo de opiniões, da comunidade educativa e das entidades locais, sobre assuntos pertinentes a serem tratados, em parceria com a Escola, nos próximos quatro anos letivos.

9.3 PREOCUPAÇÕES IDENTIFICADAS

- ❖ Necessidade de proteger frontal e lateralmente o pátio coberto, contíguo à cozinha e cantina, para recreio e prática da Educação Físico-Motora, quando chove;
- ❖ Pouca procura e falta de frequência de centros de cultura;
- ❖ Falta de recursos literários em casa (livros, revistas, jornais...);
- ❖ Dificuldades nas áreas do Português e Matemática;
- ❖ Melhor e mais promoção da autonomia, hábitos de trabalho e métodos de estudo;
- ❖ Necessidade de um maior envolvimento do encarregado de educação na vida escolar dos educandos;
- ❖ Falta de transportes entre os dois edifícios da escola, para convívio e permuta de vivências.

10. PRIORIDADES DE AÇÃO EDUCATIVA

Aplicaram-se questionários à comunidade educativa e fez-se uma análise cuidada aos resultados obtidos, em conexão com as problemáticas encontradas e registadas nos PAT'S/PCG'S, dos conteúdos das atas, dos resultados escolares dos discentes e da autoavaliação da Escola.

Chegou-se à conclusão, face aos resultados obtidos através das diversas fontes, que este projeto, ao longo do próximo quadriénio (2016/2020), para além de apontar soluções para as preocupações identificadas, deve incidir sobre as disciplinas de português e matemática.

Neste contexto, quer-se aproveitar estas áreas disciplinares para, numa perspetiva transversal, preconizar situações diversificadas, passando pela compreensão progressiva de textos e de enunciados



orais e escritos, quer na exploração quer na produção dos mesmos.

Pretende-se aumentar a qualidade da comunicação, ou seja, toda a produção verbal, escrita ou oral, veiculando uma mensagem linguística organizada que produza um efeito coerente no emissor e no ouvinte, facilitando consensos e indo ao encontro de soluções para os problemas.

Por isso, este estabelecimento de educação/ensino aponta, como seu papel primordial, para a formação da estrutura comunicativa do aluno, a partir já da educação pré-escolar e continuada no 1º ciclo, sendo essa a prioridade fulcral e transversal a todas as vertentes curriculares e de apoio aos grupos/turmas.

Sendo assim, dá-se prioridade às seguintes temáticas:

- ❖ Comunicação escola/família;
- ❖ Hábitos de estudo e métodos de trabalho;
- ❖ Leituras;
- ❖ Compreensão de textos e enunciados;
- ❖ Caligrafia;
- ❖ Ortografia;
- ❖ Produção de diversos tipos de texto.

Estas preferências, para além do desenvolvimento dentro de cada disciplina obrigatória, têm um carácter transversal a todas as outras atividades escolares, sendo um suporte imprescindível nos projetos a trabalhar, em parceria com as entidades locais, uma vez que a Escola faz parte da coletividade e participa habitualmente em exposições, festivais, eventos desportivos, convívios sociais, entre outros, e debruça-se sobre as questões ambientais, pertencendo à Reserva da Biosfera de Santana e participando ativamente no Programa Eco-Escolas.

Uma das funções da escola é facilitar aos discentes, num âmbito alargado, a comunhão refletida com diversos tipos de texto e enunciados, quer pela leitura quer pela composição, proporcionando-lhes o desenvolvimento integral das capacidades inerentes aos atos de ler e de escrever e promovendo, em simultâneo, hábitos e valores, transformando-os em práticas culturais efetivas.

A Escola, nesta linha de pensamento, tem como propósito primordial colmatar as lacunas encontradas no ensino/aprendizagem das crianças, motivando-as para o sucesso, comprometendo-se a despertar nelas interesse, investimento, disponibilidade, vontade e envolvimento, através de atividades diversificadas, tais como:

- ❖ Teatro;
- ❖ Escrita criativa;
- ❖ Tertúlias de leitura;
- ❖ Intercâmbios;
- ❖ Visitas de estudo;
- ❖ Semana cultural;
- ❖ Notícias e outros artigos (para o jornal escolar e site da Escola)
- ❖ Problemas da semana;
- ❖ Desafios de Matemática (em atividades práticas, na resolução de situações do dia a dia).

11. OPERACIONALIZAÇÃO DO PE

LINHAS ORIENTADORAS

Este Projeto Educativo apresenta objetivos e metas específicas para cada ano letivo da sua implementação (2016/2020).

Nas tabelas abaixo, apontam-se as linhas orientadoras que são guias para a operacionalização do PEE, dando corpo ao Plano Anual de Atividades, aos PAG/PAT e às diversas planificações conducentes.

Como ideia abrangente das atividades escolares, face às situações já mencionadas, adotou-se o lema: **“EDUCAR PELA COMUNICAÇÃO”**, tendo em consideração que a língua materna fundamenta-se no aperfeiçoamento da comunicação que possibilita a compreensão e aquisição de todas as aprendizagens, ao longo da vida. No processo de ensino/aprendizagem, a comunicação é um dos eixos fundamentais no desenvolvimento das capacidades do aluno, viabilizando a organização e representação de ideias, a resolução de problemas e do raciocínio.

De seguida, referem-se os **objetivos, metas, indicadores de avaliação e meios de verificação** para a educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico.

11.1 – CRECHE E PRÉ-ESCOLAR

Nº	OBJETIVOS	METAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
1	Promover o envolvimento ativo dos encarregados de educação no ensino pré-escolar e creche	Participação dos EE na vida escolar dos filhos: a) Tomada de conhecimento das avaliações trimestrais (fim de período); b) Diálogos informais diários, e/ou participação no atendimento semanal; c) Participação nas atividades e projetos promovidos pela escola. A. Até ao final de cada ano letivo 50% dos EE devem participar nos itens acima expostos.	Número de encarregados de educação que participaram e colaboraram diretamente com a escola.	Grelhas de registo da participação dos EE.
2	Incute nas crianças o gosto pela Natureza	Devem ser tratados temas sobre o Mar, Floresta, Agricultura, Fauna e Flora da Madeira; Até ao final de cada ano letivo deverão ser abordados 50% das temáticas acima referidas.	Número de temas tratados Número de vídeos apresentados, alusivos aos temas explorados	Planos de atividades. Registos dos trabalhos realizados.

Nº	Objetivos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de Verificação
3	Incentivar nas crianças o gosto pelo Ambiente	Até ao final de cada ano letivo, devem ser tratados pelo menos 50% dos assuntos constantes no Plano de Ação do Programa Eco-Escolas.	Percentagem do cumprimento do Plano de Ação.	Registos dos trabalhos realizados.
4	Estimular o gosto pelo livro e pela leitura	Até ao final de cada ano letivo, 50% das crianças devem frequentar, por iniciativa própria, a área da leitura, e devem trazer para a escola um livro de casa.	Número de crianças que frequentaram a área de leitura e “leram” por sua iniciativa, e trouxeram livros para a sala.	Registos do educador de infância relativamente ao número de crianças que frequentam a área da leitura, e trouxeram livros de casa.

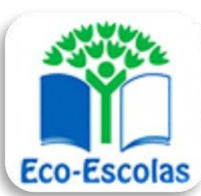
11.2 – 1º CICLO

Nº	Objetivos	Metas	Avaliação	
			Indicadores de Avaliação	Meios de Verificação
1	Promover o envolvimento dos encarregados de educação nas atividades escolares.	Participação dos EE na vida escolar dos filhos: a) Recolha das avaliações trimestrais por iniciativa própria, no fim de cada período; b) Participação trimestral livre no atendimento semanal; c) Participação ativa nas comemorações de Natal, Carnaval, Páscoa e fim de ano letivo e outros; A. 2016/2017 – a) 3 b) 1 c) 1 – 60% de EE B. 2017/2018 – a) 3 b) 2 c) 1 – 70% de EE C. 2018/2019 – a) 3 b) 2 c) 2 – 80% de EE D. 2019/2020 – a) 3 b) 2 c) 2 – 90% de EE	Percentagem de encarregados de educação que cumpriram.	Registos da direção da escola, em grelhas apropriadas Registos dos docentes



PROJETO EDUCATIVO 2016/2020

Nº	Objetivos	Metas	Avaliação	
			Indicadores de Avaliação	Meios de Verificação
2	Inculir nos discentes hábitos de trabalho.	Até ao final do ano letivo 2019/2020, 70% dos discentes devem ter hábitos de trabalho autónomo. A. 2016/2017 – 45% B. 2017/2018 – 55% C. 2018/2019 – 65% D. 2019/2020 – 70%	Número de discentes que se aplicaram nas atividades de forma autónoma, organizada e estruturada. Nível de consecução e adequação do trabalho desenvolvido.	Registos dos docentes (conhecimentos demonstrados nas aulas sobre as matérias estudadas) Registos dos resultados obtidos nas fichas de avaliação.
3	Promover o crescimento de cidadãos ativos, responsáveis e conscientes	Em cada um dos anos escolares, 75% da comunidade escolar deve ter atitudes de poupar água, energia e papel, de reduzir os resíduos e de reutilizar materiais em fim de uso ou destinado ao lixo, de acordo com as percentagens estipuladas e os estudos efetuados sobre a Escola e o Ambiente.	Cumprimento de 75% do Plano de Ação de cada um dos anos escolares, referentes às atividades gerais e de turma, do Programa Eco-Escolas e de outros projetos relacionados.	Registos previstos no Programa Eco-Escolas Registos dos docentes Registos dos alunos Qualidade dos trabalhos Divulgação
4	Promover a escrita	Progressivamente, os alunos devem elaborar diversos tipos de texto e outros escritos, seguindo os princípios gerais, as características e as estruturas, a pontuação adequada, as regras gramaticais, de modo a diminuir, no trabalho autónomo, 60% das falhas verificadas, em cada ano escolar.	Percentagem de alunos (mínimo 60%) que escrevem, em suportes diversos e de modo autónomo, segundo as orientações e as regras, de modo legível, claro e sem erros em demasia (dentro do exigido no currículo em cada um dos anos).	Registos dos docentes Qualidade do trabalho produzido
5	Promover hábitos quotidianos de leitura.	Progressivamente até ao 4º ano, 75% dos alunos devem praticar a leitura por sua iniciativa e gosto, participando nas leituras individuais, de turma e grupo, requisitando livros da biblioteca e frequentando o espaço da leitura existente na sala de aulas. <i>Obs. Esta aquisição deve ser conseguida até ao final de cada ano letivo, independentemente do ano escolar, mantendo-se essa percentagem (75%), pelo menos, nos anos seguintes de vigência deste projeto.</i>	Número de discentes que demonstraram ter hábitos de leitura por iniciativa própria.	Observação de atitudes (durante a leitura livre) Registos dos professores Registos dos alunos



12. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Até ao final da vigência deste projeto, devem atingir-se as metas traçadas, dentro das percentagens previstas, implementando estratégias adequadas para cada situação.

Deixamos aqui algumas estratégias que podem ser implementadas:

- ❖ Promoção de atividades que envolvam a participação dos encarregados de educação no contexto escolar;
- ❖ Incentivo aos Encarregados de Educação na supervisão do trabalho escolar dos educandos;
- ❖ Promoção do contato direto entre encarregados de educação e o docente;
- ❖ Consciencialização dos encarregados de educação para a sua importância nos resultados dos educandos;
- ❖ Aquisição e uso de ferramentas essenciais para a estruturação/concretização das tarefas dos educandos;
- ❖ Valorização dos trabalhos realizados de forma autónoma e que apresentem qualidade;
- ❖ Capacitação dos alunos no domínio de estratégias para o tratamento da informação;
- ❖ Desenvolvimento de aptidões que permitam à criança realizar atividades de modo autónomo.
- ❖ Exercitação diária da leitura, interpretação e compreensão de textos de tipo variado;
- ❖ Criação, na sala e biblioteca, de espaços apazíveis à realização da leitura;
- ❖ Criação do clube de Português nas atividades de enriquecimento curricular;
- ❖ Realização, na sala de aula, de atividades estipuladas no Plano Regional de Leitura;
- ❖ Exposição trimestral, no hall de entrada, de produtos das atividades constantes no clube de leitura;
- ❖ Realização de uma Semana Cultural, contendo feiras do livro;
- ❖ Interpretação e solução de problemas do dia a dia;
- ❖ Incentivo do do aluno para o contato com diferentes tipos de informação;
- ❖ Exploração de diferentes tipos de enunciados;
- ❖ Seleção da informação fulcral à compreensão;
- ❖ Desenvolvimento de atividades que promovam a escrita com correção ortográfica;
- ❖ Realização de exercícios de correção;
- ❖ Realização das ortografiadas, a nível interno.
- ❖ Desenvolvimento de atividades de escrita criativa, individual e coletiva;
- ❖ Promoção de intercâmbios com outras escolas;
- ❖ Compilação de textos dos alunos, para publicação no site, jornal escolar e outros.



13. ADAPTAÇÕES AOS NEE

De acordo com o Decreto Legislativo Regional nº 33/2009, de 31 de Dezembro, a adequação do processo de educação/ensino integra medidas educativas que visam promover a aprendizagem e a participação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente. Estas medidas educativas pressupõem o planeamento de estratégias e de atividades que visam o apoio personalizado aos alunos, integrando obrigatoriamente o Plano de Atividades, de acordo com o Projeto Educativo de Escola (Artº 28º, ponto 1 e 4).

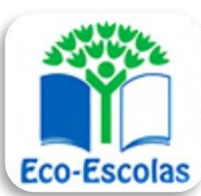
Observando este documento legislativo, a Escola irá implementar as seguintes medidas educativas no que respeita à educação especial, para uma melhor adequação do processo de educação, ensino e aprendizagem (Artº 28º, ponto 2, alíneas a, b, d, e, e f):

- ❖ Apoio Pedagógico personalizado;
- ❖ Adequação curriculares individuais;
- ❖ Adequação no processo de avaliação;
- ❖ Currículo específico individual;
- ❖ Tecnologias de apoio.

Quanto ao Decreto Legislativo Regional nº 33/2009, de 31 de Dezembro, aconselha-se a sua leitura na íntegra.

14. POTENCIALIDADES

- ❖ Existência de um número estável de docentes pertencentes ao quadro de escola e ao quadro de zona pedagógica.
- ❖ Número de docentes necessários para colmatar as necessidades.
- ❖ Boas condições de trabalho, quanto a infraestruturas e ambiente, nos dois edifícios da Escola.
- ❖ Garantia de transporte das crianças entre os edifícios da Escola, casa/escola e viceversa.
- ❖ Frequência, na maioria das crianças, da Educação Pré-escolar desde os três anos de idade.
- ❖ Bons resultados escolares.
- ❖ Bom entendimento com as edilidades e encarregados de educação.
- ❖ Organização e direção da escola adequada e competente.



15. OBJETIVOS E RESULTADOS PREVISTOS PARA EFEITOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS DOCENTES

- ❖ Participar, com aproveitamento, na formação contínua, quando adequada ao cumprimento de um plano individual de desenvolvimento profissional;
- ❖ Fomentar a melhoria dos resultados escolares;
- ❖ Incentivar a participação das famílias/EE no processo educativo;
- ❖ Estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade;
- ❖ Promover o trabalho autónomo dos alunos e a aquisição dos métodos de trabalho;
- ❖ Participar/envolver a comunidade escolar nas atividades propostas no Plano Anual de Atividades e no Projeto Anual de Grupo/Turma;
- ❖ Estimular o desenvolvimento holístico da criança respeitando as suas características individuais;
- ❖ Incutir comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- ❖ Utilizar recursos inovadores, incluindo as tecnologias de informação e comunicação;
- ❖ Promover o desenvolvimento de cidadãos críticos, ativos e responsáveis.

16. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O Projecto Educativo é um instrumento de orientação e como tal necessita de uma constante reavaliação.

O acompanhamento e avaliação do presente projeto são da competência do Conselho Escolar, sendo criada uma comissão que deverá apresentar um relatório trimestral e anual sobre a sua operacionalidade.

A avaliação deve pautar-se pelos seguintes critérios: coerência interna, eficácia, oportunidade e exequibilidade. Como instrumentos de avaliação, devem ser utilizados relatórios no final de cada ano letivo, nos quais deve ser tecido o confronto dos resultados obtidos com os objetivos e situação inicial.

Na avaliação do Projeto Educativo de Escola, seguem-se os critérios definidos na grelha da página abaixo:



GRELHA DE AVALIAÇÃO

Nº	ITENS	SIM	MUITO	POUCO	NÃO
1	Os objetivos definidos no PE foram atingidos?				
2	As metas/objetivos são pertinentes, dentro do contexto da comunidade?				
3	Houve reformulações relativamente ao projeto inicial?				
4	Verificou-se algum tipo de prática interdisciplinar?				
5	Os problemas identificados estão a ser superados?				
6	Tem sido observado envolvimento por parte dos diferentes intervenientes?				
7	Tem-se verificado articulação entre os Projetos Curriculares de Turma e o Projeto Educativo?				
8	Tem-se trabalhado nas áreas curriculares não disciplinares em função da resolução dos problemas identificados?				
9	Têm sido explorados, no âmbito educativo, todos os recursos da comunidade escolar/ local?				
10	As ações desenvolvidas, no complemento do currículo, vão de encontro/ajudam a atingir as metas propostas no Projeto Educativo?				
11	Há sugestões para que o trabalho decorra com maior proximidade face às expetativas criadas?				
12	Que reestruturações devem ser feitas?				



17. VALIDADE E REVISÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O projeto educativo tem um horizonte de validade de quatro anos letivos.

O conselho escolar, tendo em conta os relatórios anuais de acompanhamento e avaliação, pode, já a partir do primeiro ano da sua implementação, proceder à aprovação de atualizações pontuais no projeto que devem ser anexadas como adendas ao mesmo, junto das respetivas avaliações.

18. BIBLIOGRAFIA

- ❖ Portaria nº110/2002, de 14 de agosto que define o regime a aplicar na criação no funcionamento das Escolas a Tempo Inteiro.
- ❖ Decreto Legislativo Regional Nº 4/2000/M, adaptado à RAM pelo Regime de Autonomia Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação e de ensino público da Região Autónoma da Madeira, definidos no Decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio.
- ❖ Decreto Legislativo Regional n.º 26/2001/M que adapta à RAM a reorganização curricular do ensino básico definida no Decreto-lei Nº 6/2001, de 18 de Janeiro.
- ❖ Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009/M estabelece o regime jurídico da educação especial, transição para a vida adulta e reabilitação das pessoas com deficiência ou incapacidade na Região Autónoma da Madeira

19. ADENDAS

- ✓ Serão apensadas no final deste documento.

20. ANEXOS

- ✓ Incorporados neste documento, após as adendas, não serão publicados no sítio oficial da escola na Internet, devido a matéria sigilosa.

*

Documento elaborado pela comissão responsável, nomeada e mandatada pelo Conselho Escolar da EB1/PE/C do Faial E S. Roque do Faial (Santana).

Este Projeto Educativo foi analisado, debatido, aprimorado e aprovado pelo Conselho Escolar da Escola, na reunião administrativa/pedagógica que teve lugar no dia seis de dezembro de dois mil e dozasseis, pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, conforme consta na ata número seis.



ADENDA 1

2. ENQUADRAMENTO LEGAL DO PROJETO EDUCATIVO (PÁGINA 4)

O ponto dois passa a constar do seguinte:

O Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/M, de 31 de janeiro, e a Portaria Regional n.º 110/2002, de 14 de agosto aprovam e regulam o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação e de ensinos públicos da Região Autónoma da Madeira.

O artigo 3.º, ponto 2 alínea a), do D.L. n.º 4/2000/M, refere que o Projecto Educativo é: “o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de quatro anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas, e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa”.

ADENDA 2

16. AVALIAÇÃO DO PEE (PÁGINA 16)

No ponto 16 passa a haver um décimo terceiro (13) item que consta de um relatório crítico (sintético) anual do PEE.

ADENDA 3

22. AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR

21.1. FUNDAMENTAÇÃO

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho que, conforme o seu artigo 1.º, “estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”.

Por sua vez, o mesmo Decreto-Lei, consigna, no seu artigo 19.º, ponto 5, que “as opções estruturantes de natureza curricular são inscritas no projeto educativo”.

Sendo assim, procedeu-se à presente adenda.

21.2. PRIORIDADES E OPÇÕES CURRICULARES ESTRUTURANTES

Conforme o Artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, as nossas prioridades, a serem respeitadas na organização do currículo, são:

- Valorizar as artes, as ciências, o desporto, as humanidades, as tecnologias de informação e comunicação e o trabalho prático e experimental;
- Integrar componentes de natureza regional e da comunidade local;



- Adquirir e desenvolver competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da autoestima dos alunos;
- Promover experiências de comunicação e expressão em língua portuguesa e em línguas estrangeiras nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal;
- Praticar o exercício da cidadania ativa, de participação social, em contextos de partilha e de colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade;
- Implementar o trabalho de projeto como dinâmica centrada no papel dos alunos enquanto autores, proporcionando aprendizagens significativas.

21.3. ANO DE ESCOLARIDADE ABRANGIDO

No ano letivo 2018/2019, abrange o 1º ano de escolaridade.

Aplicar-se-á as orientações emanadas nesta adenda também no próximo ano letivo (fim de vigência deste PEE), havendo a previsão de ser alargadas ao 2º ano de escolaridade.

21.4. DOMÍNIOS DE AUTONOMIA CURRICULAR (DAC)

- a) Projetos interdisciplinares como prática diária nas salas de aula;
- b) Diferente distribuição dos alunos, sendo promovido o trabalho de grupo e as áreas disciplinares que articulem e integrem os saberes dos alunos;
- c) Articulação dos conteúdos das várias áreas, construindo os alunos os saberes de um modo mais criativo e motivador;
- d) Os DAC obrigam a planificações conjuntas das várias áreas disciplinares, uma vez que todas as competências/aprendizagens invocadas na execução de um projeto, que se assume como um DAC, devem estar parcial ou totalmente desenvolvidas e dominados os saberes pelos alunos no momento da sua execução.
- e) Cidadania e Desenvolvimento é transversal a todas as áreas disciplinares.
- f) As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), transversais a todas as áreas de intervenção, devem ser utilizadas na criação de um ambiente educacional favorável à flexibilização curricular, a nível organizativo, na relação com os conteúdos e na criação de metodologias singulares e variadas, adaptadas ao perfil de cada aluno ou a grupos de alunos, em trabalho colaborativo, que se encontrem dentro do mesmo nível, permitindo, ao mesmo tempo, aplicar uma pedagogia diferenciada.

21.5. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Na elaboração e operacionalização do Projeto Autonomia e Flexibilidade Curricular, que visa mudanças profundas e diretas nas práticas pedagógicas, deve ter-se em consideração:

- a) A implementação de projetos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares, que dão unidade ao conhecimento e evitam/mitigam a sua fragmentação; envolvendo várias componentes do currículo, trabalhando em comum áreas comuns que eram trabalhadas separadamente, assumindo centralidade e harmonização;
- b) Recurso, para além de outros procedimentos considerados mais adequados, ao trabalho em projeto, como forma de implementar com eficácia o PAFC (devendo proceder-se de modo a ser bem entendido pelos docentes, discentes e encarregados de educação);



- c) O trabalho colaborativo discente na execução das atividades, pois o desenvolvimento do PAFC alicerça-se em práticas pedagógicas baseadas no trabalho colaborativo dos alunos, permitindo centrar o processo no aluno e não no professor, promovendo a autonomia e o ensino pela descoberta, possibilitando que as aprendizagens sejam bem consolidadas, por métodos não tradicionais;
- d) A diferenciação pedagógica, dando atenção às necessidades de aprendizagem de cada aluno, em particular, ou de um pequeno grupo, em vez de ensinar todos por igual;
- e) O trabalho colaborativo docente, visando promover a qualidade das oportunidades de aprendizagem dos alunos e melhorar a sua motivação e desenvolvimento.
- f) A planificação do currículo, de acordo com estas orientações e a legislação em vigor, é coordenada pelo professor titular do respetivo ano de escolaridade, sendo coadjuvado por todos os docentes que o lecionam, em reuniões agendadas para o efeito.

21.6. REUNIÕES PARA PLANIFICAÇÕES E AVALIAÇÃO

Para facilitar a planificação partilhada e aprofundada é aconselhável, dentro das possibilidades da escola e de acordo com a legislação em vigor, incluir nos horários reuniões semanais envolvendo todos os docentes/técnicos que estão diretamente envolvidos no projeto.

Para dar coerência ao processo, é igualmente definido e partilhado por todos os docentes o perfil de aprendizagens do 1º ciclo do ensino básico, tendo em conta o ano de escolaridade intervencionado e as áreas disciplinares intervenientes, e ainda definir a forma de avaliar os alunos e proceder a essa avaliação, considerando a área de cada um e o global.

Sendo assim, o professor titular da turma, do ano de escolaridade intervencionado na “autonomia e flexibilidade curricular,” reúne com os docentes que integram a equipa que com ele trabalham em coadjuvação, com regularidade, para a construção dos perfis das aprendizagens dos alunos, para a planificação dos projetos, para a construção de instrumentos de avaliação diversificados, para refletir em temas pertinentes para a mudança de práticas pedagógicas e avaliar as aprendizagens dos alunos e do processo.

21.7. AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS

A avaliação interna, compreende as seguintes modalidades: diagnóstica, formativa e sumativa.

A avaliação diagnóstica, feita em momentos adequados entendidos pelos docentes, fundamenta a definição de estratégias de facilitação da integração do aluno, de apoio à orientação escolar, de diferenciação pedagógica e de superação de eventuais dificuldades do discente.

A avaliação formativa faz-se de modo contínuo e sistemático, devendo socorrer-se de variados instrumentos de recolha de informação, de modo a serem adequados à diversidade das aprendizagens, aos discentes e às circunstâncias em que acontecem, permitindo aos docentes, alunos, encarregados de educação e a outras entidades legalmente autorizadas obter informação sobre a evolução do ensino/aprendizagem, visando o ajustamento de processos e estratégias. É a principal modalidade de avaliação pois permite obter informação privilegiada e sistemática nos diversos domínios curriculares, fundamentando o apoio às aprendizagens quanto à autorregulação dos percursos dos alunos, em articulação com mecanismos de informação dirigidos aos encarregados de educação.

A avaliação sumativa traduz-se num juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, quanto à classificação e certificação.



Na avaliação das aprendizagens:

- a) Dar predomínio à avaliação formativa que ajuda a caracterizar as debilidades dos discentes e a reformular a formação e práticas que lhe estão associadas.
- b) Os processos de avaliação e critérios associados, sobre o conjunto de aprendizagens específicas e/ou transversais que o aluno deve realizar, devem ser definidos por disciplina e ano de escolaridade, fundamentando-se no perfil de aprendizagens dos alunos.
- c) Os elementos fulcrais do processo avaliativo, entre outros, devem ter em conta os trabalhos colaborativos realizados, o grau de autonomia para os realizar, a capacidade de comunicação para os apresentar e defender;
- d) Os avaliadores devem munir-se de fichas de registo específicas, como grelhas de observação, para assinalar a qualidade da intervenção dos alunos em contextos pedagógicos, dos momentos de reflexão entre alunos e também entre docentes, para repensarem os trabalhos interdisciplinares realizados;
- e) Os critérios de avaliação devem estar diretamente relacionados com o perfil dos alunos, definidos por ano de escolaridade e área disciplinar, tendo como referente o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória.

21.8. AVALIAÇÃO DO PAFC

A monitorização/avaliação do projeto é feita com recurso a:

- a) Grelhas de registo das atividades/projetos interdisciplinares desenvolvidos, onde constem, por disciplina, as aprendizagens conseguidas;
- b) Reflexão conjunta periódica sobre o andamento do projeto;
- c) Resultados obtidos pelos alunos nas diversas componentes do currículo;
- d) Questionários a professores, alunos e encarregados de educação;
- e) Relatório global.

*

Adendas elaboradas pela comissão responsável (2018/2019), nomeada e mandatada pelo Conselho Escolar da EB1/PE/C do Faial E S. Roque do Faial (Santana), sendo verificadas e melhoradas pela Equipa de Avaliação da Escola, tendo em conta o Plano de Melhoria 2018/2019 e o cumprimento da legislação quanto à Autonomia e Flexibilidade Curricular.

*

O Conselho Escolar da EB1/PE/C do Faial E S. Roque do Faial (Santana), aprovou, na reunião administrativa/pedagógica que teve lugar no dia seis de novembro de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, estas adendas, conforme se comprova na respetiva ata.